

SICOOB SUL-SERRANO

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 00.815.319/0001-75



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º SEMESTRE DE 2023



Relatório da Administração

Bem-vindos, filiadas e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 da Cooperativa de Crédito Sul-Serrana - Sicoob Sul-Serrano. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (<https://www.comunidadesicoob.com.br/relacao-com-o-associado/documentos/>).

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Sicoob Sul-Serrano e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números em milhares de reais a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Sul-Serrano é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

A Fitch Ratings afirmou em 29 de Agosto de 2022 a classificação de risco do Sicoob Sul-Serrano, atribuindo no curto prazo a nota F1+(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.



Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,37% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob Sul-Serrano, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2023, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 102 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 58 foram classificadas procedentes e com exceção de 1 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

8.1) Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Varição %
Resultado da interm. Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	105.491	79.616	32,50
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.294	36.536	10,29



Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	9.000	5.235	71,92
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	38.161	29.039	31,41
Receitas com Ato Não Cooperativo	13.921	11.231	23,95
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	67.361	51.044	31,97
Despesas Tributárias	837	698	19,91
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	16.571	9.259	78,97
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	63.223	38.298	65,08
Juros ao Capital	20.781	14.411	44,20
Resultado	111.081	64.295	72,77

Contribuíram para compor o Resultado do primeiro semestre de 2023:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 31,97%, o resultado da intermediação financeira aumentou 32,50% em relação ao mesmo período de 2022.

A provisão do Juros ao Capital em 2023 foi de R\$ 20.781 mil, 44,20% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 65,08% no primeiro semestre de 2023 quando comparado ao ano de 2022.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 72,77% em relação a 2022, atingindo um total de R\$ 111.081 mil em 30 de junho 2023.

8.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		
Balço Patrimonial	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Varição %
Ativos Totais	3.634.216	2.755.600	31,88
Centralização Financeira	1.096.493	737.784	48,62
Carteira de Crédito	2.378.915	1.858.779	27,98
Depósitos	2.112.193	1.699.514	24,28
Patrimônio Líquido	732.805	560.099	30,83
Patrimônio de Referência (PR)	689.928	526.133	31,13

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no final do primeiro semestre de 2023:

O total de ativos atingiu a marca de R\$3.634.216 mil ao final do primeiro semestre de 2023, com crescimento de 31,88% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 30/06/2023 o saldo de R\$1.096.493 mil, crescimento de 48,62% em relação a 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2023 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$2.378.915 mil, com crescimento de 27,98% em relação a 30 de junho de 2022.

Os depósitos obtiveram um aumento de 24,28% considerando o mesmo período de 2022, atingindo no final do primeiro semestre de 2023 o montante de R\$2.112.193 mil.

O patrimônio líquido cresceu 30,83% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$732.805 mil.

8.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2023			30/06/2022			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	175.363	39.415	214.778	136.350	12.108	148.458	66.320	44,67
Crédito Comercial	370.604	1.793.533	2.164.137	339.180	1.371.141	1.710.321	453.816	26,53
Total	545.967	1.832.948	2.378.915	475.530	1.383.249	1.858.779	520.136	27,98



9. Pessoas

Concluímos o primeiro semestre com 128 mil cooperados, crescimento de 17,71% em relação ao mesmo período do ano anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Sul-Serrano e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do *spread* de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 401 colaboradores no final do primeiro semestre de 2023. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 21.457 mil em 30 de junho de 2023.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

12. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2023 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

Agradecemos às nossas filiadas pela confiança e aos empregados pela dedicação.

Venda Nova do Imigrante, 14 de julho de 2023.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO		3.634.216	3.091.362
DISPONIBILIDADES	4.	20.161	14.899
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.711.947	3.164.926
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	51.696	72.024
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	132.586	78.340
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6.b	(688)	-
Relações Interfinanceiras		1.096.705	838.573
Centralização Financeira	7.	1.096.493	838.573
Outras Relações Interfinanceiras	8.	212	-
Operações de Crédito	9.	2.378.915	2.136.706
Outros Ativos Financeiros	10.a	52.733	39.283
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(155.057)	(142.622)
(-) Operações de Crédito	9.e	(147.199)	(136.504)
(-) Outras	10.1.a	(7.858)	(6.118)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11.	3.066	1.673
OUTROS ATIVOS	12.	25.138	25.890
IMOBILIZADO DE USO	13.	54.558	49.252
INTANGÍVEL	13.	1.334	1.306
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	13.	(26.931)	(23.962)
TOTAL DO ATIVO		3.634.216	3.091.362
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.634.216	3.091.362
DEPÓSITOS	14.	2.112.193	1.795.286
Depósitos à Vista		758.154	665.289
Depósitos Sob Aviso		6.615	6.484
Depósitos a Prazo		1.347.424	1.123.513
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		702.874	595.484
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15.	474.946	375.209
Relações Interfinanceiras		204.284	182.171
Repases Interfinanceiros	16.a	204.279	182.167
Outras Relações Interfinanceiras	17.	5	4
Obrigações por Empréstimos e Repases	16.b	22.000	22.000
Outros Passivos Financeiros	18.	1.644	16.104
PROVISÕES	19.	12.275	11.127
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20.	1.893	3.050
OUTROS PASSIVOS	21.	72.176	41.825
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		732.805	644.590
CAPITAL SOCIAL	23.	349.919	307.271
RESERVAS DE SOBRAS	23.	292.586	291.428
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	24.	90.300	45.891
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.634.216	3.091.362

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		281.354	184.786
Operações de Crédito	9.h	214.404	140.798
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	63.223	38.298
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	3.421	5.680
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	306	10
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(152.934)	(103.408)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(104.637)	(62.222)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.c	(8.003)	(4.650)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.i	(40.294)	(36.536)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		128.420	81.378
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(15.261)	(13.556)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26.	24.110	17.808
Rendas de Tarifas	27.	14.051	11.231
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28.	(21.457)	(19.002)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29.	(30.395)	(25.697)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30.	(837)	(698)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	14.776	9.147
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(15.509)	(6.345)
PROVISÕES	33.	(1.009)	(1.202)
Provisões/Reversões para Contingências	33.1	(30)	(52)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	33.2	(979)	(1.150)
RESULTADO OPERACIONAL		112.150	66.620
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34.	1.795	112
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		113.945	66.732
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	21.c	(2.864)	(2.437)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		111.081	64.295
JUROS AO CAPITAL	25.	(20.781)	(14.411)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		90.300	49.884

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	111.081	64.295
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	111.081	64.295

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	RESERVAS PARA CONTIG.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	251.298	(1.591)	215.560	834	10.909	33.176	510.186
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior						(282)	(282)
Distribuição de sobras para associados	32.894	-	-	-	-	(32.894)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	6.227	(512)	-	-	-	-	5.715
Por Devolução (-)	(5.308)	-	-	-	-	-	(5.308)
Estorno de Capital	(96)	-	-	-	-	-	(96)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	64.295	64.295
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(14.411)	(14.411)
Saldos em 30/06/2022	285.015	(2.103)	215.560	834	10.909	49.884	560.099
Saldos em 31/12/2022	309.978	(2.707)	279.253	1.266	10.909	45.891	644.590
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior						(459)	(459)
Constituição de Reservas	-	-	-	1.158	-	(1.158)	-
Distribuição de sobras para associados	44.274	-	-	-	-	(44.274)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	5.795	(572)	-	-	-	-	5.223
Por Devolução (-)	(6.813)	-	-	-	-	-	(6.813)
Estorno de Capital	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	111.081	111.081
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(20.781)	(20.781)
Saldos em 30/06/2023	353.198	(3.279)	279.253	2.424	10.909	90.300	732.805

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	113.945	66.732
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	(6.400)	(3.225)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	40.294	36.536
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	979	1.150
Provisões/Reversões Não Operacionais	(2.371)	(451)
Provisões/Reversões para Contingências	30	52
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	26	34
Depreciações e Amortizações	3.111	2.348
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	149.614	103.176
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	653	8.157
Títulos e Valores Mobiliários	(47.123)	-
Relações Interfinanceiras	(212)	(208)
Operações de Crédito	(266.180)	(308.929)
Outros Ativos Financeiros	(17.339)	(7.160)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.393)	(843)
Outros Ativos	3.124	(1.182)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	92.865	67.133
Depósitos sob Aviso	131	(177)
Depósitos a Prazo	223.911	64.196
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	99.737	116.045
Relações Interfinanceiras	22.113	26.849
Outros Passivos Financeiros	(14.460)	(12.225)
Provisões	139	56
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(1.157)	12
Outros Passivos	6.706	5.296
Outras destinações	(459)	(282)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	250.670	59.914
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	2.597	1.265
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	3.803	1.960
Aquisição de Intangível	(28)	(29)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.474)	(5.823)
Aquisição de Investimentos	(6.427)	(14.602)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.529)	(17.229)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	5.223	5.715
Devolução de Capital aos Cooperados	(6.813)	(5.308)
Estorno de Capital	(36)	(96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.626)	311
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	243.515	42.996
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	873.339	718.723
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.116.854	761.719
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	243.515	42.996

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$ EXCETO QUANDO ESPECIFICADO DE OUTRA FORMA

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO**, doravante denominado **SICOOB SUL-SERRANO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **06/11/1995**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SUL-SERRANO, sediado à **AVENIDA ÂNGELO ALTOÉ, Nº 340, SÃO PEDRO, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES**, possui 37 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IÚNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES, DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES.

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2022 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional - CMN*, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 14/07/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o período de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;



ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CREDITO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2.3 Dispensa de auditoria independente das demonstrações financeiras de 30 de junho

De acordo com o disposto no inciso III do parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 4910 do Banco Central, datada de 27/05/2021, as cooperativas de crédito singulares estão dispensadas da realização de auditoria independente nas demonstrações financeiras referentes à data-base de 30 de junho.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.



d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.



m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).



u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB SUL-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

aa) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2023 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

4. Disponibilidades

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	20.161	14.899
Caixa	20.042	14.806
Depósitos Bancários	119	93



Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	1.096.493	838.573
Centralização financeira	1.096.493	838.573
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)	200	19.867
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	19.674
Títulos e Valores Mobiliários	200	193
TOTAL	1.116.854	873.339

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – até 90 dias	-	19.674
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	2.208	3.789
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	49.488	48.561
TOTAL	51.696	72.024

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos de 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.421	5.680
TOTAL	3.421	5.680

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários	8.184	39.827	48.011	193	-	193
Cotas de Fundos de Investimento (I)	200	-	200	193	-	193
Títulos e Valores Mobiliários - CPR	7.984	39.827	47.811	-	-	-
Total de Participações de Cooperativas	-	84.575	84.575	-	78.147	78.147
Participação Em Cooperativa Central De Crédito - Sicoob Central ES (II)	-	66.568	66.568	-	62.765	62.765
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (III)	-	18.007	18.007	-	15.382	15.382
TOTAL	8.184	124.402	132.586	193	78.147	78.340

(I) Aplicação de garantia junto ao Banco do Brasil



(II) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2023 no valor de R\$ 3.803 mil. (No mesmo período de 2022 – R\$ 1.960 mil).

(III) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2023 de R\$ 2.597 mil (No mesmo período de 2022 foi de R\$ 1.265 mil).

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(155)	(533)	(688)	-	-	-
TOTAL	(155)	(533)	(688)	-	-	-

c) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	994	10
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(688)	-
TOTAL	306	10

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Centralização Financeira - Cooperativas	1.096.493	838.573
TOTAL	1.096.493	838.573

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	63.223	38.298
TOTAL	63.223	38.298

8. Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022 as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Correspondentes no País	212	-
TOTAL	212	-

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:



Modalidade	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	2.585	-	2.585	1.137	-	1.137
Empréstimos	729.083	1.010.073	1.739.156	669.955	844.195	1.514.150
Títulos Descontados	71.705	-	71.705	68.068	-	68.068
Financiamentos	115.294	235.397	350.691	116.982	246.561	363.543
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	106.968	107.810	214.778	93.018	96.790	189.808
Total das Operações Crédito	1.025.635	1.353.280	2.378.915	949.160	1.187.546	2.136.706
(-) Provisões para Operações de Crédito	(67.140)	(80.059)	(147.199)	(63.097)	(73.407)	(136.504)
TOTAL	958.495	1.273.221	2.231.716	886.063	1.114.139	2.000.202

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A 0,5% Normal	255.292	4.601	57.778	75.792	393.463	(1.967)	330.161	(1.652)
B 1% Normal	413.117	3.566	90.953	77.953	585.589	(5.855)	532.911	(5.330)
B 1% Vencidas	1.074	77	321	-	1.472	(14)	1.565	(16)
C 3% Normal	789.375	11.824	141.899	37.476	980.574	(29.417)	885.953	(26.579)
C 3% Vencidas	5.290	371	5.209	55	10.925	(327)	10.247	(307)
D 10% Normal	103.679	6.029	30.820	8.742	149.270	(14.927)	140.154	(14.015)
D 10% Vencidas	6.666	735	1.295	60	8.756	(875)	7.244	(724)
E 30% Normal	17.115	1.393	4.101	857	23.466	(7.040)	21.289	(6.387)
E 30% Vencidas	17.268	772	1.590	125	19.755	(5.927)	6.874	(2.062)
F 50% Normal	11.640	688	594	193	13.115	(6.558)	10.034	(5.017)
F 50% Vencidas	11.668	760	973	-	13.401	(6.701)	8.872	(4.436)
G 70% Normal	4.866	241	343	17	5.467	(3.827)	5.273	(3.691)
G 70% Vencidas	10.218	675	795	-	11.688	(8.182)	7.495	(5.247)
H 100% Normal	27.673	607	518	853	29.651	(29.651)	26.190	(26.190)
H 100% Vencidas	21.419	2.065	2.235	212	25.931	(25.931)	34.851	(34.851)
Total Normal	1.705.318	29.070	338.273	214.326	2.286.987	(99.242)	2.059.558	(88.861)
Total Vencidos	73.603	5.455	12.418	452	91.928	(47.957)	77.148	(47.643)
Total Geral	1.778.921	34.525	350.691	214.778	2.378.915	(147.199)	2.136.706	(136.504)
Provisões	(121.912)	(5.788)	(14.866)	(4.633)	(147.199)		(136.504)	
Total Líquido	1.657.009	28.737	335.825	210.145	2.231.716		2.000.202	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	2.585	-	-	2.585
Cheque Especial/Conta garantida	31.940	-	-	31.940
Empréstimos	215.231	481.912	1.010.073	1.707.216
Títulos Descontados	65.330	6.375	-	71.705
Financiamentos	32.476	82.818	235.397	350.691
Financiamentos Rurais	35.308	71.660	107.810	214.778
TOTAL	382.870	642.765	1.353.280	2.378.915



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2023	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	335.535	29.482	23.731	388.748	16%
Setor Privado - Indústria	35.840	1.915	301	38.056	2%
Setor Privado - Serviços	1.177.843	199.567	11.874	1.389.284	58%
Pessoa Física	252.413	118.191	175.363	545.967	23%
Outros	11.815	1.536	3.509	16.860	1%
TOTAL	1.813.446	350.691	214.778	2.378.915	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	136.504	107.802
Constituições	38.554	66.827
Transferência para prejuízo	(27.859)	(38.125)
TOTAL	147.199	136.504

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	110.195	4%	82.117	4%
10 Maiores Devedores	413.463	17%	353.958	16%
50 Maiores Devedores	816.275	33%	686.365	32%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	123.010	100.243
Valor das operações transferidas no período	27.859	38.125
Valor das operações recuperadas no período	(9.000)	(14.243)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(355)	(1.115)
TOTAL	141.514	123.010

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.266	1.103
Rendas de Empréstimos	156.494	102.353
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	8.383	5.882
Rendas de Financiamentos	31.637	22.630
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.445	1.301
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.141	725
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.042	948
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	826	350
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.170	271
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	9.000	5.235
TOTAL	214.404	140.798

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(72.299)	(59.085)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	37.633	25.888
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(6.414)	(4.011)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	786	672
TOTAL	(40.294)	(36.536)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

10. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	10.505	-	10.505	7.273	-	7.273
Rendas a Receber (b)	15.346	-	15.346	12.710	-	12.710
Rendas Serviços arrecadação de convênios	3.470	-	3.470	2.178	-	2.178
Rendas da Centralização da Administração Financeira	11.544	-	11.544	10.071	-	10.071
Rendas a Receber – Transações Interfinanceiras	130	-	130	170	-	170
Outras Rendas a Receber	202	-	202	291	-	291
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	4.172	17.732	21.904	3.019	11.853	14.872
Títulos e Créditos a Receber (d)	1.572	-	1.572	1.161	-	1.161
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	3.406	3.406	-	3.267	3.267
PIS – Depósito Judicial	-	608	608	-	594	594
COFINS – Depósito Judicial	-	2.687	2.687	-	2.634	2.634
PIS Folha – Depósito Judicial	-	72	72	-	-	-
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	39	39	-	39	39
TOTAL	31.595	21.138	52.733	24.163	15.120	39.283

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

10.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:



Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(7.323)	-	(7.323)	(5.549)	-	(5.549)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(178)	(357)	(535)	(265)	(304)	(569)
TOTAL	(7.501)	(357)	(7.858)	(5.814)	(304)	(6.118)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	-	905	905	-	1.012	-
A	0,5%	Normal	-	8.839	8.839	(44)	1.452	(7)
B	1%	Normal	-	2.834	2.834	(28)	2.201	(22)
C	3%	Normal	-	8.277	8.277	(248)	9.581	(287)
D	10%	Normal	-	852	852	(85)	391	(39)
E	30%	Normal	1.141	97	1.238	(372)	568	(171)
E	30%	Vencidas	1.906	-	1.906	(572)	1.185	(355)
F	50%	Normal	195	-	195	(98)	58	(29)
F	50%	Vencidas	1.156	-	1.156	(578)	616	(308)
G	70%	Normal	64	-	64	(45)	23	(16)
G	70%	Vencidas	1.182	-	1.182	(827)	580	(406)
H	100%	Normal	122	100	222	(222)	175	(175)
H	100%	Vencidas	4.739	-	4.739	(4.739)	4.303	(4.303)
Total Normal			1.522	21.904	23.426	(1.142)	15.461	(746)
Total Vencidos			8.983	-	8.983	(6.716)	6.684	(5.372)
Total Geral			10.505	21.904	32.409	(7.858)	22.145	(6.118)
Provisões			(7.323)	(535)	(7.858)		(6.118)	
Total Líquido			3.182	21.369	24.551		16.027	

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	1.095	-	1.095	1.093	-	1.093
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	508	-	508	508	-	508
IRRF Sobre Comissões	2	-	2	-	-	-
Contribuição Social - Antecipação	421	-	421	-	-	-
IRPJ - Antecipações	830	-	830	-	-	-
ISS a Compensar	4	-	4	4	-	4
IR Retidos	2	-	2	-	-	-
Valores a Restituir - PERDCOMP	116	83	199	-	63	63
INSS a Compensar	5	-	5	5	-	5
TOTAL	2.983	83	3.066	1.610	63	1.673



12. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	968	-	968	247	-	247
Adiantamentos para Despesas Diversas	147	-	147	39	-	39
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.500	-	2.500	2.908	-	2.908
Pagamentos a Ressarcir	915	-	915	925	-	925
Devedores Diversos - País	180	-	180	306	-	306
Material em Estoque	123	-	123	105	-	105
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (a)	8.278	16.246	24.524	3.248	25.396	28.644
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.(b)	(1.500)	(3.516)	(5.016)	(1.571)	(5.872)	(7.443)
Despesas Antecipadas (c)	797	-	797	159	-	159
Sisol	190	-	190	-	-	-
Software	266	-	266	80	-	80
Outras Despesas Antecipadas	341	-	341	79	-	79
TOTAL	12.408	12.730	25.138	6.366	19.524	25.890

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.274	1.124	
Edificações	2.573	2.560	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(754)	(703)	
Instalações	30.464	27.819	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(15.213)	(13.309)	
Mobiliários	5.414	4.865	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(2.280)	(2.079)	
Máquinas	379	300	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(169)	(156)	
Aparelhos de Refrigeração	2.072	1.977	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(933)	(868)	
Equipamentos de Processamento de Dados	9.810	8.136	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(5.070)	(4.466)	
Alarme	125	111	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(53)	(48)	
Cabines de Segurança	466	432	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(205)	(198)	
Armas e Equipamentos	781	750	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(427)	(401)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	395	383	10%



(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(263)	(249)	
Equipamentos de Comunicação	430	420	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(285)	(270)	
Veículos	375	375	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(161)	(133)	
Software e Direito de Uso (b)	1.334	1.306	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.118)	(1.082)	
Total Imobilizado de Uso	54.558	49.252	
Total Intangível	1.334	1.306	
Total Depreciação/Amortização	(26.931)	(23.962)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 3.111 mil (No mesmo período de 2022 – R\$ 2.348 mil).

14. Depósitos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	758.154	-	758.154	665.289	-	665.289
Depósito Sob Aviso (b)	6.615	-	6.615	6.484	-	6.484
Depósito a Prazo (b)	1.342.743	4.681	1.347.424	1.120.491	3.022	1.123.513
TOTAL	2.107.512	4.681	2.112.193	1.792.264	3.022	1.795.286

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	41.703	2%	63.146	3%
10 Maiores Depositantes	195.535	8%	194.912	9%
50 Maiores Depositantes	430.981	17%	398.746	18%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(411)	(331)
Despesas de Depósitos a Prazo	(76.284)	(50.817)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.482)	(3.322)



Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(18.716)	(6.431)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.744)	(1.321)
TOTAL	(104.637)	(62.222)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI (a)	271.731	62.555	334.286	77.261	198.134	275.395
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (b)	27.127	113.533	140.660	35.988	63.826	99.814
TOTAL	298.858	176.088	474.946	113.249	261.960	375.209

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	81.517	94.921	176.438	79.606	83.178	162.784
Recursos da Central	21.943	5.225	27.168	9.226	5.450	14.676
Recursos do Banco Sicoob - Recursos Livres	673	-	673	4.707	-	4.707
TOTAL	104.133	100.146	204.279	93.539	88.628	182.167

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central ES - Rotativo	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000
TOTAL	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.



c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Empréstimos Rotativo		
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.392)	(91)
Cooperativa Central	(166)	(892)
Total de Despesas com Empréstimos Rotativo	(1.558)	(983)
Despesas de Repasses Interfinanceiros		
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(5.585)	(3.396)
Cooperativa Central	(860)	(271)
Total Despesas de Repasses Interfinanceiros	(6.445)	(3.667)
TOTAL	(8.003)	(4.650)

17. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	5	-	5	4	-	4
TOTAL	5	-	5	4	-	4

18. Outros Passivos Financeiros

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Relações Interdependências	74	14.578
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	35	37
Ordens de Pagamento (b)	-	14.528
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	39	13
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	656	750
Operações de Crédito - IOF	586	685
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	31	49
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	39	16
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	914	776
TOTAL	1.644	16.104

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

19. Provisões

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões estava assim composto:



Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (I)	7.416	1.354	8.770	6.843	948	7.791
Provisão Para Contingências (II)	-	3.505	3.505	-	3.336	3.336
TOTAL	7.416	4.859	12.275	6.843	4.284	11.127

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	246.757	208.040
TOTAL	246.757	208.040

(II) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	608	608	594	594
COFINS (a)	2.687	2.687	2.634	2.634
PIS Folha (b)	72	72	-	-
Trabalhistas	23	39	23	39
Outras Contingências	115	-	85	-
TOTAL	3.505	3.406	3.336	3.267

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

(b) PIS FOLHA - quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL-SERRANO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 31 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:



Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre lucros a pagar	100	-	100	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	199	-	199	253	-	253
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.014	-	1.014	1.396	-	1.396
IRRF sobre Aplicações Financeiras	503	-	503	416	-	416
ISS a Recolher	77	-	77	108	-	108
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	877	-	877
TOTAL	1.893	-	1.893	3.050	-	3.050

21. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	3.283	3.994
Sociais e Estatutárias	42.302	26.911
Juros sobre o capital social a pagar (b)	20.781	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	3.094	4.677
Resultado de Atos com Associados (d)	9.963	9.963
Resultado de Atos com não associados (d)	799	3.635
Cotas de Capital a Pagar (e)	7.665	8.636
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	8.066	5.898
Despesa de Pessoal	4.193	3.208
Água/Energia/Gás	24	13
Aluguéis	315	312
Custódia de Valores e Bens	49	60
Comunicações	44	32
Propaganda e Publicidade	48	-
Promoções E Relações Públicas	15	3
Segurança e Vigilância	22	3
Manutenção e Conservação de Bens	5	27
Transporte	197	105
Seguro	79	49
Plano de Saúde	14	12
Compensação	124	119
Seguros a Recolher	11	11
Seguros Prestamista	1.210	1.028
Provisão de Cartões a Pagar	1.118	385
Custos de Transações Interfinanceiras	231	266
Ordem de Pagamento - Encerramento Conta Salário	129	129
Outras Despesas Administrativas	238	136
Credores Diversos - País (g)	18.525	5.022
Pagamento a Processar	510	1.160
Crédito de Terceiros	-	42
Cooperativa Central	277	412
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	67	70
Taxa de Gravames a Repassar	14	15
Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado	36	133
Transitória Fatura Sicoobcard	7	8
Cheques Depositados	1.549	219
Credores Diversos - Liquidação de Cobrança	14.150	2.670



Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Outros	1.915	293
TOTAL	72.176	41.825

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2023 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.864 mil no primeiro semestre de 2023 (R\$ 2.437 mil no mesmo período de 2022), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

22. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SUL-SERRANO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

23. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social	349.919	307.271
Associados	127.876	118.459

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ 8.939 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização inicialmente até a AGO 2023.



Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2021, foi deliberado o aumento no montante de R\$ 1.970 mil com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Na AGO de 2023 realizada em **26/04/2023**, foi deliberado a reversão do fundo e a destinação de seus recursos ao resultado do exercício de 2023, a serem rateados e destinados conforme deliberação a ser tomada na próxima AGO em 2024.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **26/04/2023**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 44.274 mil.

24. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	30/06/2023			30/06/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	378.505	364.584	13.921	252.699	241.468	11.231
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(240.477)	(239.072)	(1.405)	(160.486)	(159.299)	(1.187)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(49.523)	(47.701)	(1.822)	(42.441)	(40.557)	(1.884)
Resultado Operacional	88.505	77.811	10.694	49.772	41.612	8.160
Receita Não Operacional	3.665	-	3.665	1.159	-	1.159
Despesa Não Operacional	(1.870)	-	(1.870)	(1.047)	-	(1.047)
Resultado Não Operacional	1.795	-	1.795	112	-	112
Resultado do Período	90.300	77.811	12.489	49.884	41.612	8.272

25. Provisão de Juros ao Capital

No primeiro semestre de 2023 a Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 20.781 mil (R\$ 14.411 mil no mesmo período de 2022), com o objetivo de remunerar o capital do associado em 31 de dezembro de 2023. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Cartões (a)	5.759	2.033
Rendas de Cobrança	4.866	4.812
Rendas Transações Intercredis	605	560



Rendas de Convênios	408	876
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	2.182	2.070
Rendas de Tarifas	959	1.178
Rendas de Transações Interfinanceiras	749	962
Comissão com Venda de Consórcios	1.614	994
Comissão com Venda de Seguros	6.691	4.017
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	170	246
Outras Rendas de Prestação de Serviços	107	60
TOTAL	24.110	17.808

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

27. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	3.120	2.292
Rendas de Serviços Prioritários - PF	517	599
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	81	96
Rendas de Serviços Especiais - PF	2	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	10.331	8.244
TOTAL	14.051	11.231

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(73)	(60)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.198)	(1.187)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.329)	(2.845)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.562)	(4.050)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.763)	(10.555)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2)	(2)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(530)	(303)
TOTAL	(21.457)	(19.002)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(393)	(749)
Despesas de Aluguéis	(2.667)	(2.302)
Despesas de Comunicações	(1.060)	(625)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(917)	(529)
Despesas de Material	(496)	(438)
Despesas de Processamento de Dados	(4.316)	(3.630)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(983)	(773)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.003)	(812)
Despesas de Publicações	-	(18)
Despesas de Seguros	(72)	(69)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.801)	(5.372)



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.607)	(1.324)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.720)	(1.569)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.645)	(1.038)
Despesas de Transporte	(1.199)	(1.018)
Despesas de Viagem no País	(94)	(100)
Despesas de Amortização	(36)	(32)
Despesas de Depreciação	(3.076)	(2.317)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(252)	(50)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(1.970)	(1.821)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(611)	(641)
Outras Despesas Administrativas	(477)	(470)
TOTAL	(30.395)	(25.697)

30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(91)	(77)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(633)	(520)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(113)	(101)
TOTAL	(837)	(698)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	1.239	1.073
Rendas Juros Cartão de Crédito	5.621	3.730
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	853	637
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	285	292
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	239	96
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	2.597	1.265
Rendas de Repasses Delcredere	69	77
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	3.803	1.960
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	70	17
TOTAL	14.776	9.147

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Serviços Associado a Transações de Pagamento - Cartões (a)	(3.124)	-
Despesas de Descontos Concedidos	(3.468)	(1.250)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(73)	(69)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.057)	(754)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(6.964)	(3.006)
Perdas Fraudes Externas	(306)	(408)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(125)	(693)
Outras Despesas Operacionais	(392)	(165)
TOTAL	(15.509)	(6.345)



(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

33. Despesas com Provisões

33.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	(20)
Provisão para Passivos Contingentes	(32)	(39)
Reversão de Provisão para Contingências	2	7
TOTAL	(30)	(52)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

33.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(6.087)	(4.310)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	5.108	3.160
TOTAL	(979)	(1.150)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

34. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	928	7
Ganhos de Capital	38	34
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	2.526	711
Outras Rendas Não Operacionais	173	407
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(1.595)	(572)
(-) Perdas de Capital	(86)	(150)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(156)	(260)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(33)	(65)
TOTAL	1.795	112

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no primeiro semestre de 2023.



36. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

36.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 30 de junho de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	976	0,09%	11
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	305	0,03%	2
TOTAL	1.281	0,12%	13
Montante das Operações Passivas	2.021	0,26%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 30/06/2023

Empréstimos e Financiamentos	0,07%
Crédito Rural (modalidades)	0,05%
Aplicações Financeiras	0,26%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30 de junho de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	16	1	0,12%
Financiamentos Rurais	1.500	13	0,70%
Empréstimos	1.812	12	0,11%
Financiamentos	221	1	0,06%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.679	0,22%	-
Depósitos a Prazo	4.805	0,35%	95% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	693	0,49%	85% a 93% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.605	0,48%	85% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,79% a.m a 6,97% a.m	2,79% a.m a 6,97% a.m
Conta Garantida	1,50% a.m a 5,97% a.m	1,50% a.m a 5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,38% a.m. à 4,71% a.m	1,38% a.m. à 4,71% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,83% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI	0,99% a 4,83% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	15,60% a.a a 24,90% a.a	15,60% a.a a 24,90% a.a



	3,0%a.a.+CDI a 12,0%a.a+CDI	3,0%a.a.+CDI a 12,0%a.a+CDI
Crédito Rural - Repasses	5,00% a.a a 12,00% a.a.	5,00% a.a a 12,00% a.a.
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	95% a 105% CDI	95% a 105% CDI
Aplicações financeiras – LCA	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI
Aplicações Financeiras – LCI	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	668
Crédito Rural	4.309
Direitos Creditórios Descontados	3.842
Empréstimos	27.722
Financiamentos	870

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	566	673

f) No primeiro semestre de 2023 os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Benefício monetários	30/06/2023
Honorários e Cédula de Presença	1.467
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	45

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

30/06/2023	31/12/2022
3.036	3.050

36.2 Cooperativa Central

A SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:



Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	1.174.795	911.408
Centralização Financeira - Cooperativas	1.096.493	838.572
Outros Ativos Financeiros	11.544	10.071
Outros Ativos	190	-
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos)	66.568	62.765
Passivo	49.445	37.088
Relações Interfinanceiras	27.168	14.676
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	22.000	22.000
Outros Passivos	277	412

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Receita	67.037	40.268
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	11	10
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	63.223	38.298
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	3.803	1.960
Despesa	(11.186)	(5.990)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.252)	(1.163)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.970)	(1.821)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(6.964)	(3.006)

37. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência	689.928	607.099
Margem de Compatibilização	392.281	350.355
Índice da Basileia	27,82%	28,38%
Margem de Imobilização	316.219	277.178

38. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(191)	(190)
TOTAL	(191)	(190)

39. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.



O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

39.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;



- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.



O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.



39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

39.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital* do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

39.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;



d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Venda Nova do Imigrante-ES, 14 de Julho de 2023.

Giovane Bissoli
Diretor Executivo
CPF: 082.282.277-60

Mayara Bittencourt Caus
Diretora Operacional
CPF: 058.062.057-38

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79